

**ILUSTRÍSSIMA PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERNA DE CHAMAMENTO PÚBLICO
DA SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE GOIÁS.**

Chamamento Público nº 03/2023-SES/GO

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE JOÃO PAULO II (Doc. 01), pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, políticos ou religiosos, inscrita no CNPJ/MF sob o número 22.564.221/0001-25, com sede na cidade de Barreiros, Estado de Pernambuco, PE 60, KM 72,5, vem apresentar **PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS** sobre o Edital referente ao chamamento público nº 03/2023-SES/GO, veiculado pela Secretaria de Saúde de Goiás (SES/GO) devidamente publicado no diário oficial em 16/06/2023, que tem como objeto a seleção de entidade de direito privado sem fins lucrativos caracterizada como organização da sociedade civil, com experiência prévia comprovada na gestão de unidades hospitalares com perfil de Média e Alta Complexidade, para a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde no **Hospital Estadual de Aparecida de Goiânia - Caio Louzada (HEAPA)**, localizado na Avenida Diamantes, esquina com Mucuri, quadra 2-A, S/N Setor Conde dos Arcos, Aparecida de Goiânia - Goiás, CEP: 74.969-105, no Estado de Goiás, pelos fatos e motivos que passa a expor.

I- DA TEMPESTIVIDADE.

Cumpre destacar primordialmente, a tempestividade do presente Pedido de esclarecimentos, com base no próprio edital, **que em seu item 11.1, página 06**, prevê o seguinte:

“11. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

11.1. O(s) pedido(s) de esclarecimento(s) ou impugnação(s) ao Edital deverá(ão) ser encaminhado(s) à Comissão Interna de Contratos de Gestão em Serviços de Saúde CIGSS/GAB/SESGO, até às 18:00 horas do dia 13/07/2023 (esclarecimentos) e 23/07/2023 (impugnações), no endereço ou e-mail indicado no “Aviso de Chamamento Público”. (Grifos nossos).

Dessa forma, tendo em vista a data do encaminhamento desse Pedido de esclarecimentos a essa Comissão (13/07/2023 às 11:30 da manhã) e considerando o prazo determinado no Edital supracitado, **tem-se o presente pedido regular e tempestivo.** Requerendo desde já, a apreciação do mesmo e a manifestação dessa Comissão interna de Chamamento Público acerca dos itens questionados.

II - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

II.I - DA DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES.

Partindo da análise do Edital referente ao chamamento público nº **03/2023-SES/GO**, veiculado pela Secretaria de Saúde de Goiás (SES/GO), observa-se que o presente Edital não deixa evidente a data de **ABERTURA** dos envelopes.

Sabe-se, com base no edital que a data de **ENTREGA** dos envelopes se dará no **dia 28 de julho** de 2023 às 9:00 hora. Verbis:

<u>EVENTOS</u>	<u>DATA</u>
Prazo máximo para Pedidos de Esclarecimento e Impugnação ao Edital	Até 13/07/2023 – esclarecimento Até 23/07/2023 - impugnação
Divulgação da Nota de Esclarecimento e Impugnação	17/07/2023 – esclarecimento 27/07/2023 - impugnação
Entrega dos Envelopes	às 09:00 horas do dia 28 de julho de 2023.

Desse modo, servimo-nos do presente para promover os seguintes questionamentos: **1. A ABERTURA dos envelopes ocorrerá na mesma data da ENTREGA (28 de julho de 2023 às 9:00 hora)? 2. Se a ABERTURA dos envelopes não for no mesmo dia da ENTREGA, qual será a data da ABERTURA ?**

Assim, por entender que o presente Edital referente ao chamamento público nº **03/2023-SES/GO**, **não apontou explicitamente a DATA DE ABERTURA dos envelopes** e prezando pela cristalinidade das informações e das datas de todas as etapas, **requer por meio do presente Pedido de esclarecimentos que essa r. Comissão interna de Chamamento Público da Secretaria do estado de Saúde de Goiás se posicione e explique a data referente a ABERTURA dos envelopes.**

II.II - DOS “ERROS” DE ORTOGRAFIA. (página 5/ 76)

Também é importante pontuar alguns equívocos encontrados no presente Edital referente ao chamamento público nº 03/2023-SES/GO, que podem comprometer a participação das entidades por falta de coerência e transparência de alguns itens que ora será pontuados. Assim, ainda dentro de tal perspectiva, esta Entidade promove os seguintes questionamentos **referentes aos seguintes equívocos que constam na página 5 do Edital em comento:**

No ponto referente a Habilitação das Entidades, mais propriamente relacionado ao preenchimento das Declarações; percebe-se claro equívoco de digitação encontrado no Edital e que provoca divergências de informações, ainda no que se refere à Habilitação das Entidades, está na página **5/76 em seu item 9.1.11.4** no que se refere o preenchimento da Declaração de conhecimento/ cumprimento da **Lei FEDERAL 13.019/2014**, e no entanto, no modelo do Edital disponibilizado na **página 52/76, Anexo II, o Edital aponta que a referida Lei é LEI ESTADUAL** Desse modo, questiona-se se a declaração em ênfase deve se direcionar a Lei Estadual ou Federal ? Verbis:

9.1.11.4. Declaração de Conhecimento/Cumprimento da Lei Federal nº 13.019/2014.

(Refere-se a página 5/76, ponto 9.1.11.4)

MODELO DE DECLARAÇÃO CONHECIMENTO/CUMPRIMENTO DA LEI ESTADUAL Nº 13.019/2014

Ref.: Chamamento Público nº 01/2023

Pela presente DECLARAÇÃO, torno público para os devidos fins, que a entidade denominada tem pleno conhecimento da Lei Estadual nº 13.019/2014, com o compromisso de atender a todas as exigências legais, bem como não se enquadra nas vedações previstas na respectiva legislação.

Em _____, _____ de _____ de _____.

Representante legal da entidade

(Refere-se a página 52/76, Anexo II (modelos das declarações))

Desse modo, requer que essa Ilustríssima Comissão faça os devidos esclarecimentos, explanando se houve erro ortográfico e sinalize a devida indicação que deverá ser feita pelas Entidades, se Lei Federal ou deverão manter o modelo com a indicação da Lei Estadual.

II. III - DA IMPREVISIBILIDADE DA DECLARAÇÃO (CONHECIMENTO/CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 013/2017 – TCE)

No presente edital no seu tópico “habilitação” em específico **na página 5/76 seu ponto 9.1.11 até o ponto 9.1.11.9**, possui a previsão do rol taxativo das declarações que devem ser propagadas. Em indicação, remetem ao Anexo II do presente edital, porém em tal Anexo II, **na página 52/76**, a Entidade **identificou que havia um modelo de declaração que não consta prevista no rol das declarações do item 9.1.11 a 9.1.11.9 da página 5 do Edital.**

Desse modo, é necessário o esclarecimento por parte dessa Comissão, se deverão as entidades, embora tal declaração não constar no rol taxativo da página 5 do Edital que trata das declarações, **apresentar tal declaração de conhecimento e cumprimento da Resolução 013/2017 TCE ou se estão desobrigadas uma vez que tal declaração NÃO ESTÁ NO ITEM 9.1.11 e foi um erro de impressão a mesma constar no anexo II (página 52).** Segue modelo supracitado:

MODELO DE DECLARAÇÃO CONHECIMENTO/CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 013/2017 - TCE

Ref.: Chamamento Público nº 02/2023

Pela presente DECLARAÇÃO, torno público para os devidos fins, que a entidade denominada, tem pleno conhecimento dos termos da Resolução Normativa nº 013/2017 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, e comprometo a atender a todas as exigências da Corte de Contas.

Em _____, _____ de _____ de _____.

Representante legal da entidade

Desse modo, requer que a Ilustríssima Comissão proceda com os devidos esclarecimentos acerca da falta de previsibilidade no rol taxativo do item 9.1.11 da Declaração acerca do conhecimento/ cumprimento da resolução normativa Nº 013/2017 – TCE.

II. IV- DA INCONSTITUCIONALIDADE DA EXIGÊNCIA CONTIDA NO TÓPICO 9.1.14

É evidente que a Entidade participante deve demonstrar sua regularidade, no entanto, com base na Lei de Licitação e na jurisprudência do TCU, as exigências de regularidade há de ser feita diante do princípio da legalidade, da razoabilidade, do formalismo moderado, de modo que a exigência do **tópico 9.1.14** fere tais princípios, incorrendo em excessivo formalismo e exigência que a Lei não permite. Vejamos:

“9.1.14. Certidões negativas de contas julgadas irregulares ou rejeitadas nos últimos oito anos, perante os Tribunais de Contas de todas as esferas da Federação, sendo: União (TCU), Estados (TCEs - 26 Estados e Distrito Federal), dos Municípios do Estado (TCMs - Bahia, Goiás e Pará) e Tribunais de Contas do Município (São Paulo e Rio de Janeiro).” (Página 5/76, grifos nossos)

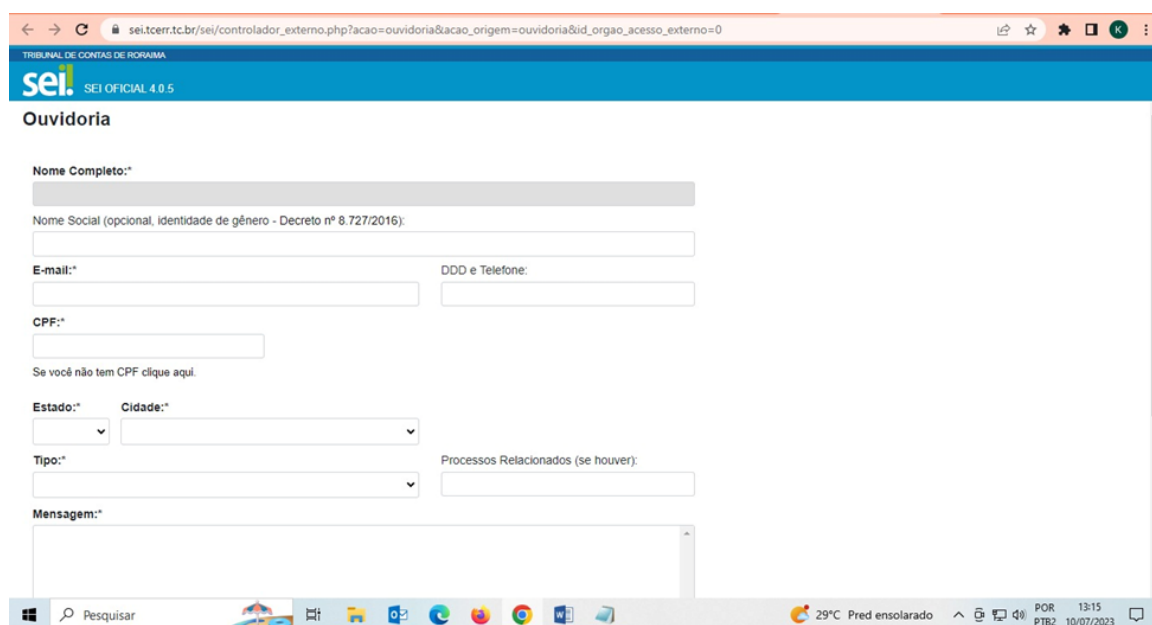
Diante da exigência em comento, resta claro primordialmente sua vagorosa determinação; pois ao se direcionar aos Municípios dos Estados em comento, **não faz especificação alguma, além de que é extremamente discrepante realizar tal exigência;** tendo em vista por exemplo que a Bahia tem 417 Municípios; ou seja, além da Entidade participante demonstrar regularidade em todos os Estados do Brasil, deve também colher em todos os Municípios dos Estados da Bahia, Pará e Goiás ?

Percebe-se que a redação de tal tópico apenas deixa claro que as entidades tem de apresentar **Certidão da União, das 27 federações estaduais, dos Tribunais de Contas Municipais de São Paulo e Rio de Janeiro e por fim, numa infeliz redação determina certidão do Tribunais de Contas Municipais – TCM's de Bahia, Goiás e Pará.**

Ora, é sabido que Bahia, Goiás e Pará são Estados e não Municípios, dessa forma, a redação feita no edital leva a acreditar que essa Comissão exige a apresentação de certidões dos 246 municípios de Goiás, dos 144 municípios do Pará e dos 417 municípios da Bahia. O que não faz menor sentido tal exigência.

Ainda que se exija dos municípios de tais estados que tenha Tribunal de contas, é inviável tal pedido, haja vista que não teria a obrigação de saberem as entidades, terão que pesquisar em cada Estado quais os Municípios que tem tribunal de contas e requerer a Certidão, haja vista que a mesma não sai on-line e o pedido tem que ser feito por e-mail e aguardar o prazo de pelo menos 3 dias para recebimento.

A exemplo do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, que não se obtém de imediato em seu site tal certidão, conforme se verifica no print da tela abaixo:



The image shows a web browser window displaying the 'Ouvidoria' form on the website of the Tribunal de Contas do Estado de Roraima. The browser's address bar shows the URL: `sei.tcrr.tc.br/sei/controlador_externo.php?acao=ouvidoria&acao_origem=ouvidoria&id_orgao_acesso_externo=0`. The page header includes the 'sei' logo and 'SEI OFICIAL 4.0.5'. The form itself is titled 'Ouvidoria' and contains several fields: 'Nome Completo:*' (text input), 'Nome Social (opcional, identidade de gênero - Decreto nº 8.727/2016):' (text input), 'E-mail:*' (text input), 'DDD e Telefone:' (text input), 'CPF:*' (text input), 'Estado:*' (dropdown menu), 'Cidade:*' (dropdown menu), 'Tipo:*' (dropdown menu), and 'Processos Relacionados (se houver):' (text input). There is also a 'Mensagem:*' section with a text area. A small note below the CPF field says 'Se você não tem CPF clique aqui.' The browser's taskbar at the bottom shows various icons and system information: 'Pesquisar', '29°C Pred ensolarado', 'POR PTB2', and '13:15 10/07/2023'.

Como bem evidenciado o sistema só permite a retirada imediata de PESSOA FÍSICA; sendo o procedimento para a retirada de PESSOA JURÍDICA extremamente burocrático, exigindo pedidos através de requerimentos, análises com no mínimo 3 dias. Vale ressaltar que os Tribunais ainda deixam evidente em seus portais que o prazo regimental é de 15 dias para a emissão, após o período de análise, segue como exemplo o Tribunal de Contas de Minas Gerais, segue o print:



Certidão Via Internet

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais disponibiliza a ferramenta "certidão digital" (e-certidão), que possibilita a automatização do pedido de certidão por meio do Portal do TCEMG. Isso permite que o Executivo municipal mineiro solicite e receba, via internet, as certidões, evitando, assim, deslocamentos à sede do Tribunal.

O prazo regimental para emissão da certidão é de 15 dias.

Ainda vale frisar que alguns Estados além de realizarem as exigências supracitadas ainda delimitam a retirada da Certidão de modo PRESENCIAL, como bem enfatizado na aba do site oficial do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, segue o print:



Ainda, além das dificuldades delineadas, em virtude das burocracias o Estado do Pará e entre outros Estados além de exigir todos os procedimentos realizam a cobrança para a emissão da Certidão, sendo uma taxa de R\$ 42,00 (quarenta e dois reais). Assim, resta claro que além de toda complexidade no trâmite há excessos no que tange a onerosidade para obtenção das Certidões.

[bb.com.br] - Boleto gerado pelo sistema MPAG. 10/07/2023 13:00:50

INSTRUÇÕES:

Referente a solicitação de emissão de Certidão Negativa, cadastrada sob N. 03335/2023. A certidão será expedida no prazo estipulado pela Lei nº. 9.051, de 18 de maio de 1995, contado da data de pagamento deste boleto. **NÃO RECEBER APÓS VENCIMENTO.**

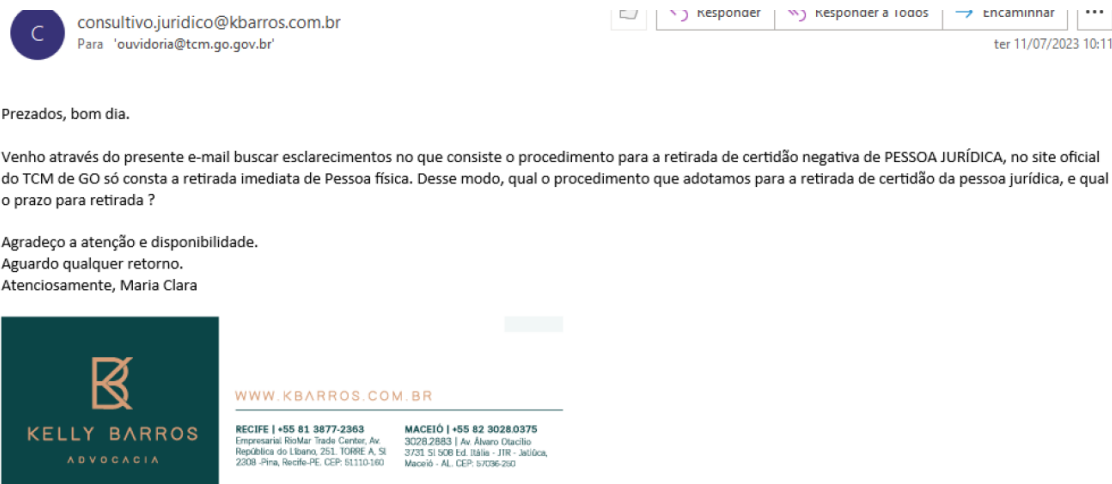
Clique aqui e pague este boleto através do Auto Atendimento Pessoa Física.
Clique aqui e pague este boleto através do Auto Atendimento Pessoa Jurídica.

BANCO DO BRASIL		001-9	00190.00009 02834.325009 33352.434170 1 94080000004240		Recibo do Pagador
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço					
ASSOCIACAO BENEFICENTE JOAO PAULO II CPF/CNPJ: 22564221000125					
ENDERECO NAO INFORMADO, BELEM -PA CEP:66000000					
Sacador/Avalista					
Nosso Número	Nr. Documento	Data de Vencimento	Valor do Documento	(-) Valor Pago	
28343250033352434	28343250033352434	11/07/2023	42,40		
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ/Endereço					
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARA CPF/CNPJ: 04.976.700/0001-77					
TV QUINTINO BOCAIUVA 1585 SEM COMPLEMENTO, BELEM - PA CEP: 66035190					
Agência/Código do Beneficiário			Autenticação Mecânica		
1674-8 / 10302-0					

BANCO DO BRASIL		001-9	00190.00009 02834.325009 33352.434170 1 94080000004240		
Local de Pagamento					Data de Vencimento
PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO					11/07/2023
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ					Agência/Código do Beneficiário
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARA CPF/CNPJ: 04.976.700/0001-77					1674-8 / 10302-0
Data do Documento	Nr. Documento	Espécie DOC	Aceite	Data do Processamento	Nosso Número
10/07/2023	28343250033352434	DS	N	10/07/2023	28343250033352434
Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	xValor	(-) Valor do Documento
28343250033352434	17	R\$			42,40
Informações de Responsabilidade do Beneficiário					(-) Desconto/Abatimento
Referente a solicitação de emissão de Certidão Negativa, cadastrada sob N. 03335/2023. A certidão será expedida no prazo estipulado pela Lei nº. 9.051, de 18 de maio de 1995, contado da data de pagamento deste boleto. NÃO RECEBER APÓS VENCIMENTO.					(-) Juros/Multa
					(-) Valor Cobrado
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço					Código de Baixa
ASSOCIACAO BENEFICENTE JOAO PAULO II CPF/CNPJ: 22564221000125					Autenticação Mecânica
ENDERECO NAO INFORMADO, BELEM-PA CEP:66000000					Ficha de Compensação
Sacador/Avalista					

Ainda, cabe destacar que na grande maioria dos sites dos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios além de não constarem a aba para retirada de certidão de Pessoa Jurídica, não possuem qualquer direcionamento de como o Requerente pode emitir. Além de tal dificuldade, muitos Tribunais possuem uma comunicação inequivocamente limitada, diante do grande acervo e atendimento ao público de maneira totalmente escasso. Exemplo de tal descaso é o próprio Tribunal de Contas

do Município de Goiás, que atendeu as ligações após diversas tentativas e até o presente momento responderam o e-mail, segue o print:



Resumindo, como bem demonstrado em exemplo do Tribunal de Contas de Roraima, Rondônia, Minas Gerais, Pará e Goiás, cabe destacar que vários outros Tribunais e de diversos Estados e Municípios aplicam os mesmos procedimentos. Desse modo, resta claro que tal exigência, diante das dificuldades para seu atendimento, estaria impedindo a livre concorrência e participação de todas as entidades de forma isonômica.

Além de que a exigência não faz qualquer sentido, pois as Entidades não atuam em diversos Estados e a burocracia ao buscar as certidões **é de fato um impeditivo para a participação e devida concorrência, limitando o processo licitatório em todos os âmbitos.**

Dessa forma, requer que a Ilustríssima Comissão; além de promover os esclarecimentos necessários para que tal tópico direcione as suas exigências com base nos princípios da livre concorrência.

Assim, com base nos questionamentos proferidos por esta Entidade, requer que a Ilustríssima Comissão interna de Chamamento Público da Secretaria do estado de Saúde de Goiás, se posicione acerca dos apontamentos feitos acima com a finalidade de transparência e segurança das informações.

Recife- PE, 13 de Julho de 2023.

Kelly Barros
OAB/PE 19.696